



Coletivos se mobilizam pró Casa do Hip Hop

ISABELA DOS SANTOS
COLABORADORA

Coletivos e representantes do movimento hip hop da Baixada Santista se mobilizam para ocupar a Casa de Cultura Hip Hop de Santos. O objetivo é ter um espaço para desenvolver atividades relacionadas aos quatro elementos (MC, DJ, Danças Urbanas e Grafite).

Na segunda-feira, o movimento em prol da Casa esteve na Câmara Municipal, em uma sessão ordinária, para apresentar suas demandas e simbolizar o interesse pelo espaço.

A ocupação está garantida no Plano Municipal de Cultura (PMC) de Santos (lei nº 3372), conforme destaca o secretário de Cultura, Rafael Leal. "A Casa está no nosso plano e anda com a vontade da Administração de ocupar o Centro Histórico. Estamos diagnosticando os imóveis, junto com a Prefeitura, Conselho Municipal de Cultura e o segmento do hip hop".

Oficinas, aulas, debates e eventos serão desenvolvidos na Casa. O endereço ainda não foi definido, porém, será no Centro de Santos, para facilitar o acesso.

Os imóveis em potencial serão visitados pelos envolvidos e o mais apropriado será o escolhido. O processo tem apoio do Conselho Municipal de Cultura (Concult) de Santos.

"Nossa função é acompanhar o processo de concretização das ações previstas no Plano Municipal de Cultura. Semana que vem faremos as visitas técnicas, em parceria com a Prefeitura, Secretaria de Cultura e a galera do hip hop", afirma o presidente do Concult, Junior Brassalotti.

Após a escolha do local, haverá o trâmite burocrático para obter a documentação necessária. Por isso, o secretário de Cultura afirma não ter previsão para a ocupação definitiva.

HIP HOP NA ATIVA

O movimento para ocupar a Casa de Cultura Hip Hop de Santos não tem um porta-voz ou figura central. Os mobilizados afirmam que qualquer um pode participar, por se tratar de um movimento coletivo.

Assim, coletivos, artistas e representantes do hip hop da região podem levar projetos e demandas para as suas reuniões. Eles também recolhem assinaturas de grupos e artistas por meio de carta de apoio, e da população com abaixo-assinado para comprovar o interesse da sociedade no espaço.

Os interessados podem entrar em contato pela página www.facebook.com/casahiphopsantos.

Luta histórica

O vereador santista Manoel Constantino (PSDB) promoverá hoje, às 15h, na Câmara, audiência pública para discutir a aplicação da Portaria 7.687/2018, que permite o fim da cobrança de laudêmio e da taxa de foro, pagas à União.

Bom para todos

Segundo essa norma da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), o cidadão terá a propriedade integral do terreno, após cumprir alguns procedimentos legais. Para Constantino, essa medida beneficia muitas famílias da Baixada Santista.

Vivência internacional

O deputado estadual Paulo Corrêa Júnior (Patri) e o vereador santista Adilson Júnior (PTB - foto) embarcam hoje para a cidade de São Francisco (Estados Unidos), onde participarão ainda nesta semana do Congresso Clínico 2019, promovido pelo Colégio Americano de Cirurgiões. O convite foi feito pelo Comitê de Trauma Brasileiro.

Dividindo experiências

Adilson falará a respeito da lei municipal, de sua autoria, que permite ao Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samu) levar o paciente com plano de saúde diretamente a um hospital particular.

Inspiração santista

A ideia que virou realidade na Cidade inspirou Corrêa Júnior a apresentar um projeto estadual de teor semelhante em abril. A proposta foi sancionada pelo governador João Doria (PSDB), em julho.



Vereadora Telma de Souza apoia os coletivos na sessão da Câmara

Vereadores criticam 'pressa' de ceder CAT a empresariado

» Apesar do placar de 16 votos a favor, dois contra e duas abstenções, a votação que culminou na aprovação do projeto de lei 282/2019 que prevê a cessão do Centro de Atividades Turísticas (CAT) da Ponta da Praia à exploração privada foi marcada por críticas mesmo entre os vereadores que votaram a favor.

O projeto de lei foi aprovado em primeira discussão após ter sido enviado aos vereadores pelo próprio prefeito Paulo Alexandre Barbosa por intermédio de uma autorização legislativa aprovada em caráter de urgência.

A decisão tomada pelo prefeito vai de encontro com a atitude da própria administração municipal que já havia garantido anteriormente que o equipamento seria pú-

blico e serviria, ainda, como uma base para a Secretaria de Turismo, que ficaria dentro do novo prédio. A prefeitura alega, agora, que não possui condições de administrar o CAT, que está sendo construído pelo Grupo Mendes.

"Quero reforçar minha posição de tristeza por não ter podido discutir um pouquinho melhor. Teve audiência pública e a gente precisa ter mais elementos para autorizar essa concessão já que principalmente o que me assusta é o prazo de até 30 anos. É muito complicado a gente conceder nesse momento uma autorização e posteriormente a gente ter outras informações que venham a mudar o entendimento", explica o vereador Sadao Nakai.

Segundo a Prefeitura de

Santos, o Centro de Atividades Turísticas será um equipamento que contará com pavilhão climatizado de feiras e exposições e salão para convenções e shows, além de salas de apoio.

"Não sou contra, acho que o governo está certo ao admitir que não tem expertise para gerir e que ceder à iniciativa privada, não tenha dúvidas de que é o melhor modelo, o que me incomoda é votar sem as informações, por isso me manifesto. Sou a favor da concessão, mas não dessa forma", explica Sadao.

"O projeto já está na casa há um mês. Nós esperamos sim a audiência do Sadao para que pudesse dar esclarecimentos, tanto que na audiência pública, a grande maioria dos vereadores esteve lá



LG RODRIGUES/DIÁRIO DO LITORAL

Vereadores aprovaram com 16 votos o projeto de lei que prevê a cessão do CAT à iniciativa privada. Apesar disso, PL ainda deverá ser discutido ao menos mais uma vez na Câmara antes do fim do ano

e pode entender. A nossa cidade não tem expertise para contratar shows, de negociar com artistas, peças teatrais, circos, seja lá o que for", afirmou o líder do governo na Câmara, o vereador Adilson Jr.

Antes de se abster na votação, o vereador Fabrício pregou cautela e afirmou que há

um peso grande na decisão de repassar o CAT à iniciativa privada em vista de que os eventuais vencedores da licitação pública terão controle do local por até 30 anos.

Já o vereador Boquinha afirmou que as dúvidas de seus colegas não caberiam a ser tiradas durante a discus-

são do projeto de lei e sim após a licitação ter seus detalhes explicados. Já a vereadora Telma de Souza também demonstrou preocupação e diz que se alinha a Sadao e Fabrício com suas preocupações referentes ao pouco tempo de estudo sobre o PL 282/2019. (LG Rodrigues)